

# Arcabouço de políticas públicas para proteção de crianças e adolescentes na internet

Ferramentas e experiências digitais são parte fundamental do cotidiano de crianças e adolescentes. Ao longo dos anos, conhecemos os enormes benefícios trazidos por tecnologias inovadoras, como a inteligência artificial (IA), e pelo acesso a conteúdo diverso e de alta qualidade. Acreditamos que as proteções corretas podem colocar mais controle nas mãos do público jovem e ajudá-lo a aprender, se conectar, crescer e se preparar para o futuro.

Para que isso ocorra, os serviços online devem: criar produtos adequados para diferentes faixas etárias, alinhados às etapas de desenvolvimento e às necessidades de crianças e adolescentes; oferecer ferramentas que garantam às famílias e responsáveis a flexibilidade para administrar a relação com a tecnologia; implantar políticas, proteções e programas que aumentem a segurança de todas as crianças e adolescentes na internet; e, oferecer materiais informativos e acessíveis para o letramento digital.

Políticas públicas bem estruturadas podem ser ferramentas eficientes para garantir a segurança de crianças e adolescentes na internet. Apoiamos, especificamente, políticas públicas que ajustem as proteções à idade da criança, que promovam a saúde mental e o bem-estar, que prevejam respostas proporcionais para diferentes tipos de risco e que abram espaço para melhorias em produtos e negócios.

Preparamos o arcabouço abaixo com o objetivo de compartilhar com governos, autoridades reguladoras e especialistas todos os benefícios que aprendemos com a nossa experiência. Esperamos que a contribuição a seguir seja útil para o contínuo debate sobre políticas públicas que impactam crianças e adolescentes em todo o mundo.

## Respeitar as etapas de desenvolvimento de crianças e adolescentes, bem como o que é melhor para esse público

- 1. Exigir que serviços online priorizem o que é melhor para crianças e adolescentes na hora de elaborar produtos.**

Antes de mais nada, um arcabouço regulatório inteligente e robusto, voltado para crianças e adolescentes, deve zelar pelos interesses desse público. Há tempos é consenso entre especialistas em desenvolvimento infantil que tais interesses devem incluir considerações sobre segurança, bem-estar físico e mental, privacidade, iniciativa própria, acesso à informação e liberdade de participação na sociedade. Os serviços online utilizados por crianças e

adolescentes devem ser obrigados a avaliar os interesses coletivos das crianças em cada etapa de desenvolvimento, com base em pesquisas de especialistas e nas melhores práticas, garantindo que produtos e serviços sejam adequados às diferentes faixas etárias e concebidos, elaborados e oferecidos levando em consideração o que é melhor para crianças e adolescentes.

## **2. Adotar uma estratégia baseada em risco ao exigir garantia de idade.**

Compreender a idade do usuário pode ajudar serviços online a oferecer experiências adequadas para a faixa etária de cada público. No entanto, qualquer método para determinar a idade de usuários, quando aplicado a múltiplos serviços, terá desvantagens: invasão de privacidade, necessidade de coleta e utilização de um número maior de dados, ou restrição de acesso para adultos a informações e serviços importantes. Sempre que necessário, a garantia de idade – que pode ser feita, por exemplo, por meio de autodeclaração, inferência e verificação – deve ser baseada em risco, preservando o acesso dos usuários à informação e aos serviços e respeitando sua privacidade. Nos casos de políticas exigirem garantia de idade, isso deve ser feito por normas factíveis e realistas, interoperáveis e capazes de preservar experiências anônimas ou com pseudônimos. Deve-se evitar práticas como exigir a coleta ou o processamento de informações pessoais adicionais, tratar todos os usuários como crianças ou restringir o acesso de adultos a informações. Métodos mais invasivos em relação aos dados pessoais (verificações com “identificadores concretos”, como documentos oficiais de identidade) devem ser limitados a serviços de alto risco (como aqueles que envolvem álcool, jogos de azar ou pornografia) ou à correção de idade. Além disso, exigências de garantia de idade devem permitir que serviços online explorem abordagens tecnológicas aprimoradas e se adaptem a elas. As exigências devem permitir, sobretudo, novas formas de garantia da idade mínima exigida para participar de determinadas atividades que não violem a privacidade. Finalmente, considerando que as tecnologias de garantia de idade são recentes, imperfeitas e estão em evolução, as exigências devem oferecer proteção razoável contra o risco de processos jurídicos dirigidos a iniciativas bem-intencionadas de desenvolver e implementar soluções aprimoradas para confirmação de idade.

## **3. Aumentar a proteção de adolescentes entre idades que exigem consentimento de responsáveis e a maioridade jurídica, levando em conta diferentes níveis de maturidade.**

As políticas públicas devem reconhecer que existem muitos tipos de proteção para crianças e adolescentes na internet. Qualquer política que exija proteção para usuários adolescentes deve refletir diferentes graus de maturidade, capacidade e riscos de danos entre crianças e adolescentes, permitindo que os serviços proporcionem experiências adequadas para cada faixa etária. Isso também atenderia à necessidade de acesso de adolescentes a ferramentas digitais que ajudam a aprender e desenvolver habilidades sociais, competir na economia mundial e conectar-se a amigos e parentes. Essa é uma forma melhor de proteger adolescentes do que aumentar a idade em que se exige consentimento dos responsáveis – o que poderia impedir, desnecessariamente, alguns adolescentes de aproveitar os benefícios básicos do mundo online e afetar negativamente jovens em situação vulnerável.

## Oferecer controles e recursos adequados a cada faixa etária

### **4. Atender à necessidade de sólidas opções de controle parental respeitando, ao mesmo tempo, o aumento das habilidades e da autonomia de adolescentes.**

As políticas públicas devem exigir que serviços online ofereçam uma série de configurações para preservar a privacidade e, ao mesmo tempo, ajudar responsáveis a atender às necessidades e preferências específicas de cada família. Para crianças da faixa etária que requer consentimento dos responsáveis, tais configurações e ferramentas devem oferecer aos pais a capacidade efetiva de entender e controlar a experiência dos filhos no serviço em questão. Quando necessário, serviços online devem ser obrigados a oferecer configurações e ferramentas que incluem opções de gerenciamento de conteúdo e configurações de conta, limite de tempo de tela e proteções adicionais de privacidade. Os controles mais robustos e restritivos que aplicamos aos usuários mais novos não são necessariamente adequados para adolescentes, que têm mais capacidade de compreender e escolher as configurações adequadas para si.

### **5. Exigir que serviços online tomem medidas para apoiar a saúde mental e o bem-estar de crianças e adolescentes.**

A relação entre uso de tecnologia, bem-estar e saúde mental é complexa, especialmente no caso de crianças e adolescentes. Orientações regulatórias e outras melhores práticas publicadas devem incentivar plataformas de compartilhamento de conteúdo a implantar políticas adequadas para cada faixa etária, bem como a oferecer produtos com recursos que apoiem a saúde mental e o bem-estar de crianças e adolescentes. As políticas de conteúdo devem abordar, por exemplo, os riscos impostos por conteúdo que promova transtornos alimentares, automutilação ou *bullying*, e oferecer uma resposta a eles. Além disso, os recursos e configurações-padrão dos produtos devem ajudar a mitigar riscos relacionados ao uso excessivo. Um exemplo disso seria uma configuração-padrão para ativar lembretes de interrupção para crianças e adolescentes. As plataformas devem seguir as melhores práticas na divulgação de recursos para situações de crise, além de oferecer conteúdo confiável sobre saúde mental e outros programas de letramento e bem-estar digital para crianças e adolescentes quando esses materiais forem benéficos para a faixa etária. Os serviços online também devem tomar medidas, inclusive em parceria com diversos setores e sociedade civil, para melhorar o letramento digital dos usuários e garantir que crianças, adolescentes, familiares e responsáveis tenham entendimento adequado dos riscos que o uso da tecnologia pode acarretar.

### **6. Proibir publicidade personalizada voltada para crianças e adolescentes.**

As políticas devem proibir a publicidade personalizada voltada a menores de 18 anos, incluindo personalização baseada em idade, gênero ou interesses do usuário. Elas também devem proibir a venda para terceiros (ou seja, a troca por dinheiro) de informações pessoais de crianças e adolescentes, incluindo corretores de dados. Essas proibições limitam o

processamento de informações pessoais de crianças e adolescentes, reduzindo o potencial de mau uso. As políticas públicas devem ainda permitir o processamento de informações para fins comerciais legítimos, incluindo medição de anúncios, entrega de anúncios e limite de frequência de uso. Ela também deve permitir anúncios contextuais, baseados apenas em sinais contextuais, como o conteúdo que está sendo assistido no momento, consulta de pesquisa, localização geográfica geral e hora do dia, mas não baseados em visualizações anteriores, histórico de pesquisa ou dados demográficos do usuário. Esses anúncios preservam a privacidade do usuário e, ao mesmo tempo, oferecem conteúdo gratuito a todas as pessoas que utilizam a plataformas. (Por outro lado, modelos de assinatura restringem o acesso de usuários de menor poder aquisitivo à informação, acentuando a exclusão digital). Conteúdos de alta qualidade que deem apoio a crianças e adolescentes a obter aprendizados, expandir seus interesses e encontrar uma comunidade devem ser universalmente acessíveis às famílias, qualquer que seja sua situação financeira. Finalmente, as normas do setor devem incentivar os serviços a desenvolver políticas de publicidade que levem em consideração as fases do desenvolvimento de crianças e adolescentes e restrinjam anúncios que possam ser inadequados para um público mais jovem.

## Reduzir riscos do conteúdo, mantendo seus benefícios

### **7. Exigir que plataformas forneçam a adolescentes e aos responsáveis por crianças ferramentas para administrar o uso de visualizações na internet e o histórico de pesquisa em recomendações personalizadas.**

Recomendações personalizadas ajudam a conectar crianças e adolescentes a conteúdos de alta qualidade, adequados a necessidades e interesses individuais. Sem essa personalização, crianças e adolescentes provavelmente terão acesso apenas aos conteúdos mais populares, e deixarão de visualizar conteúdos mais relevantes para seus interesses. Plataformas de compartilhamento que personalizam conteúdo ou recomendações devem ser obrigadas a adotar proteções que permitam a adolescentes e às pessoas responsáveis por crianças mais novas administrar a forma com que o histórico de visualizações e de pesquisa é usado para alimentar as recomendações.

### **8. Exigir que as plataformas adotem uma abordagem responsável e transparente no desenvolvimento e na aplicação de políticas de conteúdo.**

Além dos arcabouços regulatórios existentes para conteúdos ilegais, como material que contenha abuso sexual infantil, políticas bem desenhadas podem conduzir a uma abordagem adequada a outras formas de conteúdos nocivos. No desenvolvimento e na aplicação de políticas e processos relacionados a conteúdos, por exemplo, as plataformas de compartilhamento de conteúdo devem obrigatoriamente priorizar o que é melhor para crianças e adolescentes. De acordo com as melhores práticas do setor (como as estabelecidas pelo [Digital Trust & Safety Partnership Best Practices Framework](#)), as plataformas também devem garantir que suas políticas e configurações de conteúdo sejam públicas e compreensíveis para os responsáveis e a família em geral, que tenham sido elaboradas com base em pesquisas e conhecimentos especializados de terceiros e que sejam efetivamente aplicadas. Aplicação e soluções devem ser proporcionais aos possíveis danos envolvidos, uma vez que a remoção

excessiva de conteúdo pode comprometer a liberdade de expressão. Nos casos em que for relevante e apropriado para o serviço em questão, as políticas devem dar a crianças, adolescentes, familiares e responsáveis a opção de restringir o acesso a conteúdo adulto, como conteúdo violento, chocante ou sexualmente explícito. Finalmente, as plataformas devem ser transparentes em relação a políticas e formas de cumprimento de suas políticas.

## Garantir supervisão e responsabilização

### **9. Utilizar avaliações de impacto baseadas em risco para promover a responsabilização.**

Dispositivos de responsabilização, como avaliações de risco ou impacto que analisem como um serviço processa dados de crianças e adolescentes e prioriza o que é melhor para esse público, podem promover o desenvolvimento responsável de serviços online. Para garantir que tais serviços concentrem recursos de forma adequada, as exigências de avaliação de riscos – tais como as incluídas em arcabouços como os códigos de design adequados à idade (AADC, na sigla em inglês) e o RGPD – devem ser definidas para abordar os riscos de danos de maior gravidade. Elas também devem proporcionar flexibilidade adequada e ser operacionalmente factíveis e realistas, permitindo que fornecedores se concentrem no desenvolvimento de medidas de mitigação para aumentar a segurança de crianças e adolescentes na internet.

### **10. Incentivar a harmonização regulatória e a interoperabilidade global.**

Existe um consenso mundial sobre a necessidade de contar com mecanismos de proteção robustos para crianças e adolescentes, que não limitem indevidamente seu acesso a serviços e apoiem sua jornada de aprendizado e seu crescimento e desenvolvimento. Sempre que possível, as autoridades regulatórias devem promover a uniformidade e a interoperabilidade, refletindo a natureza global da internet. Isto dá clareza e confiança a quem utiliza e regula os serviços, e aos próprios serviços online, além de conduzir a experiências melhores e mais consistentes.

### **11. Reconhecer as diferenças entre os serviços.**

Os serviços online são diversos e desempenham papéis e funções diferentes. As políticas devem levar em conta os diferentes papéis desempenhados por fornecedores de serviços online, e adaptar as exigências ao que for adequado e tecnicamente viável. Por exemplo, políticas de proteção destinadas a abordar os riscos de exposição a conteúdos nocivos podem não ter relevância para produtos que não permitem aos usuários carregar e partilhar conteúdos. Para fazer da internet um ambiente mais seguro, políticas bem elaboradas devem se adaptar ao potencial de risco que determinado serviço representa para crianças e adolescentes. Os serviços de tecnologia educacional, por exemplo, devem ser analisados separadamente, levando em consideração seu contexto, suas funções e responsabilidades específicas.